

**Demonstrações Contábeis Individuais e
consolidadas**

Windepar Holding S.A

31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas, da
Windepar Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Windepar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.15, em decorrência da mudança de política contábil de classificação de títulos e valores mobiliários mantidos em contas de depósitos vinculados à operações de empréstimos, que foram reclassificados do ativo não circulante para o ativo circulante pela Companhia em 2023, em razão dos motivos descritos na referida nota, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Empréstimos, financiamentos e debêntures e Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativa 10, a Companhia e suas controladas possuem passivos financeiros significativos, os quais compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R\$69.123 mil e R\$322.780 mil na controlada e consolidado, respectivamente. Adicionalmente, dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“Covenants”).

O endividamento da Companhia e suas controladas, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e conseqüente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida podem ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários, revisão das escrituras de debêntures e dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e suas alterações, e recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas e avaliação da aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos *covenants* financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”), que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 26 de março de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Windepar Holding S.A.

Balanças patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reapresentado					
Ativo					
Circulante					
		4.793	16.429	103.727	102.395
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.816	3.767	7.054	7.166
Investimentos de curto prazo	5	-	-	8.823	20.540
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	71.789	63.535
Contas a receber de clientes	6	-	-	12.775	8.599
Dividendos a receber	13.1	1.505	11.904	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.502	1.180
Tributos compensáveis		170	758	904	758
Outros ativos		302	-	880	617
Não circulante					
		295.108	290.685	482.503	498.754
Títulos e valores mobiliários	5	36	-	36	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	113	-
Outros ativos		-	-	53	53
Investimento em controladas	7	295.072	290.685	-	-
Imobilizado	8	-	-	464.982	481.307
Intangível	9	-	-	17.319	17.394
Total do ativo					
		299.901	307.114	586.230	601.149
Passivo					
Circulante					
		11.614	7.045	48.670	36.718
Fornecedores		9	4	5.271	3.659
Empréstimos, financiamento e debêntures	10	11.604	7.039	34.509	28.334
Arrendamentos		-	-	140	108
Salários, férias e encargos sociais		-	-	914	537
Impostos de renda e contribuição social a recolher		-	-	532	840
Outros tributos a recolher		1	2	1.523	611
Provisão ressarcimento		-	-	2.472	-
Provisões de constituição de ativos	11	-	-	2.558	2.558
Provisão para compensação ambiental		-	-	305	50
Outros passivos		-	-	446	21
Não circulante					
		57.519	65.713	306.792	330.075
Empréstimos, financiamento e debêntures	10	57.519	65.713	288.271	314.397
Arrendamentos		-	-	6.330	3.293
Provisão para contingências	12	-	-	61	-
Provisão para desmobilização de ativos	14	-	-	12.130	12.130
Provisão para compensação ambiental		-	-	-	255
Patrimônio líquido					
		230.768	234.356	230.768	234.356
Capital social	15	298.455	298.455	298.455	298.455
Prejuízos acumulados		(67.687)	(64.099)	(67.687)	(64.099)
Total do passivo e patrimônio líquido					
		299.901	307.114	586.230	601.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	16	-	-	68.080	66.376
Custos operacionais					
Compra de energia elétrica		-	-	(8)	(124)
Encargos do uso da rede elétrica		-	-	(407)	-
Custos dos serviços prestados		-	-	(18.565)	(14.770)
Depreciação e amortização	8 e 9	-	-	(21.787)	(21.744)
	17	-	-	(40.767)	(36.638)
Lucro bruto		-	-	27.313	29.738
Despesas (receitas) operacionais					
Administrativas e gerais	17	(271)	(283)	(1.902)	(2.116)
Pessoal		-	-	(1.676)	(843)
Honorários da diretoria e conselho de administração	13.3	-	-	(158)	-
Depreciação e amortização	17	(444)	(444)	(551)	(549)
Resultado de equivalência patrimonial	7	6.336	6.215	-	-
Outras receitas operacionais		-	-	-	2
	17	5.621	5.488	(4.287)	(3.506)
Lucro antes do resultado financeiro		5.621	5.488	23.026	26.232
Despesas financeiras	18	(9.751)	(10.896)	(33.711)	(36.403)
Receitas financeiras	18	542	421	10.683	10.689
		(9.209)	(10.475)	(23.028)	(25.714)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.588)	(4.987)	(2)	518
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	-	-	(3.699)	(5.505)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	-	-	113	-
Prejuízo do exercício		(3.588)	(4.987)	(3.588)	(4.987)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(3.588)	(4.987)	(3.588)	(4.987)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(3.588)	(4.987)	(3.588)	(4.987)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	298.455	(59.112)	239.343
Prejuízo do exercício	-	(4.987)	(4.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	298.455	(64.099)	234.356
Prejuízo do exercício	-	(3.588)	(3.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	298.455	(67.687)	230.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.588)	(4.987)	(2)	518
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	8 e 9	444	444	22.339	22.292
Resultado de equivalência patrimonial		(6.336)	(6.215)	-	-
Encargos sobre dívidas	10	9.689	10.864	32.657	35.407
Arrendamentos		-	-	442	419
Outras variações monetárias líquidas		-	-	61	(1)
Receita de aplicações financeiras		(78)	-	(10.425)	(10.267)
		131	106	45.072	48.368
(Aumento) redução no ativo					
Contas a receber		-	-	(4.176)	(791)
Tributos a compensar		588	18	(256)	18
Adiantamento a fornecedores		-	-	34	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	(341)	(362)
Outros ativos		(300)	-	(281)	(13)
		288	18	(5.020)	(1.148)
Aumento (redução) no passivo					
Fornecedores		6	-	1.624	(33)
Salários, férias e encargos sociais		-	-	394	25
Tributos a recolher		(4)	2	414	(1.559)
Provisões de constituição de ativos		-	-	-	-
Outros passivos		-	(1)	1.938	5
		2	1	4.370	(1.562)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		-	-	(2.960)	(4.211)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		421	125	41.462	41.447
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Resgates de aplicações financeiras		1.330	-	57.609	44.129
Investimentos em aplicações financeiras		(1.288)	-	(43.759)	(32.383)
Dividendos recebidos		11.904	11.920	-	-
Adições no imobilizado	8	-	-	(1.866)	(923)
Adições no intangível	9	-	-	(394)	(10)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		11.946	11.920	11.590	10.813
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	10	(5.719)	(5.949)	(24.035)	(25.270)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	(7.599)	(5.464)	(28.573)	(24.889)
Amortização principal e juros arrendamentos		-	-	(556)	(514)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos		(13.318)	(11.413)	(53.164)	(50.673)
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(951)	632	(112)	1.587
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa					
Saldo no início do exercício	4	3.767	3.135	7.166	5.579
Saldo no final do exercício	4	2.816	3.767	7.054	7.166
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(951)	632	(112)	1.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Windepar Holding S.A. (“Companhia” ou “Windepar”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 09 de maio de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, 16º andar, Conjunto 162, Sala E, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.

A Windepar controla cinco Companhias de geração de energia elétrica por meio de fonte eólicas localizadas no Brasil, sendo divulgado abaixo os detalhes das autorizações:

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Garantia física - MW
			Início	Fim			
Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
						98,7	50,9

Não há previsão de renovação das autorizações, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo das autorizações.

Essas demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Declaração de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 26 de março de 2024.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e, despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 11 - Provisão para constituição de ativos; Nota 12 - Provisão para contingências e Nota 14 - Provisão para desmobilização de ativos: Reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e de suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. A tabela a seguir demonstra os investimentos que a Companhia possui:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2023	31/12/2022
Participação direta			
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.	Geração	100,00	100,00

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as controladas e a controladora, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;

- Participações no capital, reservas e lucro (prejuízo) do exercício das controladas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e suas controladas tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e de suas controladas.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora).

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Provisão para desmobilização

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos, em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitado ao prazo de autorização.

3.7 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

3.8 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.9 Tributação

• *Tributos sobre as vendas de energia*

As receitas de venda de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

• *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado da Companhia e controladas Energia dos Ventos IV e X (sistemática do Lucro Real), devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240 anuais, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados nas controladas Energia dos Ventos I, II e III da Companhia são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

• **Imposto de renda e contribuição social - diferido**

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. O saldo no ativo é composto por prejuízos fiscais do exercício de 2023 da controlada Energia dos Ventos X.

3.10 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

As controladas, em conformidade com a Lei 9.427/96, recolhem a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.11 Receita de geração de energia elétrica

As receitas de suas controladas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações dos contratos com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente nos contratos; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho dos contratos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(a) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de:

- R\$209,45 MW/h (R\$198,00 MW/h em 2022) para a EDV I;
- R\$207,45 MW/h (R\$196,11 MW/h em 2022) para a EDV II;
- R\$209,97 MW/h (R\$198,49 MW/h em 2022) para a EDV III;
- R\$209,07 MW/h (R\$197,64 MW/h em 2022) para a EDV IV; e
- R\$208,41 MW/h (R\$197,01 MW/h em 2022) para a EDV X.

Todos os preços acima são reajustados pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(b) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

(c) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de:

- R\$99,04 MW/h para a EDV I;
- R\$99,03 MW/h para a EDV II;
- R\$99,04 MW/h para a EDV III;
- R\$99,04 MW/h para a EDV IV; e
- R\$99,04 MW/h para a EDV X.

Não houve comercialização no ambiente livre em 2022.

3.12 Provisão de ressarcimento

Aplicado às controladas.

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

As controladoras consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47- Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável

3.13 Demonstrações do fluxo de caixa

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento pois reflete a remuneração dos provedores de capital, e classifica os dividendos recebidos como atividades de investimento pois reflete o retorno sobre os investimentos efetuados.

3.14 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.15 Reapresentação dos valores

A Administração da Companhia e suas controladas reclassificaram e estão reapresentando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa não sofreram impactos e não foram reapresentadas.

Consolidado			
31/12/2022			
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante	40.159	62.236	102.395
Outros Ativos	38.860	-	38.860
Títulos e valores mobiliários	(i) 1.299	62.236	63.535
Não circulante	560.990	(62.236)	498.754
Títulos e valores mobiliários	(i) 62.236	(62.236)	-
Outros ativos	498.754	-	498.754
Total do ativo	601.149	-	601.149
Passivo Circulante	36.718	-	36.718
Não circulante	330.075	-	330.075
Patrimônio líquido	234.356	-	234.356
Total do passivo e do patrimônio líquido	601.149	-	601.149

(i) A Administração da Companhia e suas controladas reavaliou seus Títulos e Valores Mobiliários e efetuou a reclassificação contábil, do ativo não circulante para o ativo circulante, nesta data-base e em 31 de dezembro de 2022, considerando como prática contábil a expectativa de utilização dos saldos e sua liquidez. Essa reclassificação trouxe impacto relevante para o ativo circulante. Dessa forma as demonstrações contábeis comparativas estão sendo reapresentadas após mudança de política contábil.

3.16 Novas normas e interpretações

Em vigor desde 1º de janeiro de 2023

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23)
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e

- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	Remuneração		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Numerário disponível	-	-	-	657	4.234	2.955
Certificados de depósitos bancários	99% do CDI	99% do CDI	2.519	3.110	2.519	3.110
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	20% do CDI	297	-	301	1.101
			2.816	3.767	7.054	7.166

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários –CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo e Títulos e valores mobiliários

	Remuneração		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos de curto prazo	102% do CDI	102% do CDI	8.823	20.540
				Reapresentado
Contas vinculada as Debêntures	99% do CDI	98% do CDI	10.235	7.951
Contas vinculada ao BNDES	99% do CDI	98% do CDI	61.590	55.584
Títulos e valores mobiliários			71.825	63.535
Circulante			71.789	63.535
Não circulante			36	-

As contas vinculadas ao BNDES são aplicações em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.207.781 e 19.205.981 celebrados entre as controladas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação dos parques eólicos, o qual estabelece que as controladas devem constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora.

As contas vinculadas as Debêntures estão aplicadas no Banco Itáú e em garantia do contrato de debêntures da controladora Windepar conforme instrumento particular de escritura da 1ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M.

A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos com o objetivo de buscar retorno por meio de investimentos, através do Fundo de Investimento STA Energia, composto por operações compromissadas e títulos públicos.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	10.443	8.439
Ajuste positivo CCEE	2.332	160
	12.775	8.599

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto da das controladas que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo - CCEE” referem-se a valores a receber das controladas e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício de 31 de dezembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por suas controladas, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

7 Investimentos

A movimentação do investimento é conforme segue:

Investimentos:	Saldo em 31/12/2022	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2023
EDV I	60.015	(96)	1.734	(412)	61.241
EDV II	36.521	(59)	995	(236)	37.221
EDV III	52.743	(86)	2.673	(635)	54.695
EDV IV	95.320	(125)	384	(91)	95.488
EDV X	46.086	(78)	550	(131)	46.427
Total	290.685	(444)	6.336	(1.505)	295.072

Na composição do saldo de Investimentos existe uma parcela relacionada ao Direito de exploração (Intangível) no valor total líquido da amortização acumulada de R\$10.463, reclassificado para o intangível para fins de consolidação, conforme nota explicativa nº 9.

Investimentos:	Saldo em 31/12/2021	Redução de capital	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2022
EDV I	63.001	(2.971)	(96)	107	(26)	60.015
EDV II	37.476	(1.725)	(59)	1.088	(259)	36.521
EDV III	53.305	(2.567)	(86)	2.742	(651)	52.743
EDV IV	97.566	(4.159)	(125)	2.672	(634)	95.320
EDV X	48.733	(2.175)	(78)	(394)	-	46.086
Total	300.081	(13.597)	(444)	6.215	(1.570)	290.685

Em 08 de setembro de 2022 as controladas da Companhia, através de assembleia geral extraordinária, reduziram o capital social no valor total de R\$13.597, efetuando a devolução de capital para a Companhia, sendo R\$6.319 pagos a Companhia em 2022 e o restante pagos a Companhia em 2023.

Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2023						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
EDV I	69.221.967	69.221.966	100,00%	130.232	71.253	58.979	1.734
EDV II	41.398.028	41.398.027	100,00%	70.240	34.413	35.827	995
EDV III	51.563.928	51.563.927	100,00%	103.004	50.330	52.674	2.673
EDV IV	95.942.065	95.942.064	100,00%	170.252	77.728	92.524	384
EDV X	54.964.888	54.964.887	100,00%	98.717	54.110	44.607	550

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2022						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
EDV I	69.221.967	69.221.966	100,00%	132.123	74.466	57.657	107
EDV II	41.398.028	41.398.027	100,00%	72.336	37.268	35.068	1.088
EDV III	51.563.928	51.563.927	100,00%	106.165	55.529	50.636	2.742
EDV IV	95.942.065	95.942.064	100,00%	174.525	82.294	92.231	2.672
EDV X	54.964.888	54.964.887	100,00%	100.566	56.379	44.187	(394)

8 Imobilizado

Consolidado					
Taxa média anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Outros	31/12/2023	
Imobilizado em serviço					
Terrenos	6.600	-	-	6.600	
Edificações e obras cívicas	3% 11.180	684	-	11.864	
Máquinas e equipamentos	4% 583.619	688	-	584.307	
Móveis e utensílios	5% 154	-	-	154	
Direito de uso s/ arrendamento (i)	4% 3.832	-	3.184	7.016	
Total do custo do imobilizado	605.385	1.372	3.184	609.941	
(-) Depreciação acumulada					
Edificações e obras cívicas	(2.018)	(364)	-	(2.382)	
Máquinas e equipamentos	(133.002)	(21.307)	-	(154.309)	
Móveis e utensílios	(32)	(6)	-	(38)	
Direito de uso s/ arrendamento	(818)	(205)	-	(1.023)	
Total da depreciação	(135.870)	(21.882)	-	(157.752)	
Imobilizado em curso	11.792	494	507	12.793	
Total do imobilizado líquido	481.307	(20.016)	3.691	464.982	

Consolidado					
Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Reclassificações e Outros	31/12/2022	
Imobilizado em serviço					
Terrenos	6.600	-	-	6.600	
Edificações e obras cívicas	3% 10.881	-	299	11.180	
Máquinas e equipamentos	4% 583.068	919	(368)	583.619	
Móveis e utensílios	5% 89	-	65	154	
Direito de uso s/ arrendamento (i)	4% 5.306	-	(1.474)	3.832	
Total do custo do imobilizado	605.944	919	(1.478)	605.385	
(-) Depreciação acumulada					
Edificações e obras cívicas	(1.328)	(358)	(332)	(2.018)	
Máquinas e equipamentos	(112.075)	(21.268)	341	(133.002)	
Móveis e utensílios	(21)	(10)	(1)	(32)	
Direito de uso s/ arrendamento	(607)	(208)	(3)	(818)	
Total da depreciação	(114.031)	(21.844)	5	(135.870)	
Imobilizado em curso	11.791	4	(3)	11.792	
Total do imobilizado líquido	503.704	(20.921)	(1.476)	481.307	

(i) Outros refere-se a remensuração do passivo de arrendamento proveniente da extensão de contrato de locação.

As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos incorridos, estão valores para a compra do sistema de conexão de transmissão, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico, registrado na EDV IV.

9 Intangível

Consolidado					
Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	Transferência	Outros	31/12/2023
Intangível em serviço					
Software	20%	169	394	-	563
Direito de exploração	3%	13.921	-	-	13.921
Servidões		6.456	-	-	6.456
Intangível em curso					
Outros intangíveis		-	-	(12)	13
Total do custo do intangível		20.571	394	(12)	20.953
(-) Amortização acumulada					
Software		(161)	(13)	-	(174)
Direito de exploração		(3.016)	(444)	-	(3.460)
Total da amortização		(3.177)	(457)	-	(3.634)
Total do intangível líquido		17.394	(63)	(12)	17.319

Consolidado					
Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	Transferência	Outros	31/12/2022
Intangível em serviço					
Software	20%	169	-	-	169
Direito de exploração	3%	13.921	-	-	13.921
Servidões		6.456	-	-	6.456
Intangível em curso					
Outros intangíveis		15	10	-	25
Total do custo do intangível		20.561	10	-	20.571
(-) Amortização acumulada					
Software		(157)	(4)	-	(161)
Direito de exploração		(2.572)	(444)	-	(3.016)
Total da amortização		(2.729)	(448)	-	(3.177)
Total do intangível líquido		17.832	(438)	-	17.394

(i) Direito de exploração na aquisição de controle:

Os direitos de exploração da autorização foram gerados na aquisição de controle das EDVs e estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das autorizações.

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empresa	Financiadores	Controladora				Consolidado			
		31/12/2023				31/12/2023			
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total
Windepar	1ª Emissão de Debêntures	188	(2.610)	71.545	69.123	188	(2.610)	71.545	69.123
EDV I	BNDES	-	-	-	-	166	(47)	58.223	58.342
EDV II	BNDES	-	-	-	-	94	(30)	32.953	33.017
EDV III	BNDES	-	-	-	-	140	(35)	48.088	48.193
EDV IV	BNDES	-	-	-	-	209	(40)	69.610	69.779
EDV X	BNDES	-	-	-	-	123	(39)	44.242	44.326
		188	(2.610)	71.545	69.123	920	(2.801)	324.661	322.780
	Circulante	188	(517)	11.933	11.604	920	(708)	34.297	34.509
	Não circulante	-	(2.093)	59.612	57.519	-	(2.093)	290.364	288.271
		188	(2.610)	71.545	69.123	920	(2.801)	324.661	322.780

Empresa	Financiadores	Controladora				Consolidado			
		31/12/2022				31/12/2022			
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total
Windepar	1ª Emissão de Debêntures	243	(3.133)	75.642	72.752	243	(3.133)	75.642	72.752
EDV I	BNDES	-	-	-	-	181	(52)	61.965	62.094
EDV II	BNDES	-	-	-	-	102	(33)	35.071	35.140
EDV III	BNDES	-	-	-	-	152	(38)	51.182	51.296
EDV IV	BNDES	-	-	-	-	225	(45)	74.097	74.277
EDV X	BNDES	-	-	-	-	135	(44)	47.081	47.172
		243	(3.133)	75.642	72.752	1.038	(3.345)	345.038	342.731
	Circulante	243	(517)	7.313	7.039	1.038	(729)	28.025	28.334
	Não circulante	-	(2.616)	68.329	65.713	-	(2.616)	317.013	314.397
		243	(3.133)	75.642	72.752	1.038	(3.345)	345.038	342.731

As movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Movimentação de empréstimos e debêntures	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Saldo inicial		72.752	73.301
Provisão de encargos de dívidas	18	9.689	10.864	32.657	35.407
Amortização do principal		(7.599)	(5.464)	(28.573)	(24.889)
Amortização do encargos		(5.719)	(5.949)	(24.035)	(25.270)
Saldo final		69.123	72.752	322.780	342.731

- Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Controladas**

Em 07 de março de 2016, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de alongamento da dívida, no montante total de R\$261.300. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de novembro de 2016 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do Complexo Eólico Aracati, no montante total de R\$60.000. Os contratos de longo prazo, têm encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de janeiro de 2020 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Os contratos com BNDES estabelecem apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização dos contratos, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia e suas controladas têm cumprido com os *covenants* qualitativos e quantitativos durante os exercícios de 2023 e 2022, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

• Debêntures - Controladora

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia. O valor total da emissão foi de R\$67.500, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$1 mil. As debêntures tiveram início de pagamento semestral em 15 de junho de 2019 e juros de IPCA+7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e com vencimento para 15 de dezembro de 2028.

O contrato de debêntures estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia tem cumprido com os *covenants* qualitativos durante o ano de 2023, decorrentes da emissão de debêntures celebrada. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

As parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante por tipo de indexador tem os seguintes vencimentos:

Controladora	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
IPCA	11.142	10.528	10.147	27.795	-	-	59.612
(-) Custo a amortizar	(523)	(523)	(523)	(524)	-	-	(2.093)
Total	10.619	10.005	9.624	27.271	-	-	57.519

Consolidado	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
IPCA	16.793	16.693	16.312	33.960	6.165	17.849	107.772
TJLP	16.155	19.003	20.557	22.238	24.058	80.581	182.592
(-) Custo a amortizar	(523)	(523)	(523)	(524)	-	-	(2.093)
Total	32.425	35.173	36.346	55.674	30.223	98.430	288.271

11 Provisões para constituição de ativo

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2023
Materiais e Serviços	2.558	2.558

12 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base os valores em risco constantes nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia e suas controladas leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia e suas controladas, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (A) **Perda provável:** Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Controladora e suas controladas Energia dos Ventos I, II, III e X sejam considerados relevantes para o negócio.

Em face da controlada Energia dos Ventos IV as demandas com probabilidade de perda provável resume-se à:

(i) **Demandas Trabalhistas:** Atualmente existe um processo judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 61.

- (B) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) **Demandas Cíveis:** atualmente existe um processo judicial de natureza cível (o mesmo em 31 de dezembro de 2022) em face da controlada Energia dos Ventos IV, de valor em risco aproximado em R\$ 47 (R\$ 40 em 2022). Não há processos relevantes que devam ser destacados.

(ii) **Demandas Trabalhistas:** atualmente existe um processo judicial de natureza trabalhista em face da controlada Energia dos Ventos X, de valor em risco aproximado em R\$ 33. Não há processos relevantes que devam ser destacados.

(iii) **Demandas Tributárias:** atualmente existe um processo judicial de natureza tributária (o mesmo em 31 de dezembro de 2022) em face da controlada Energia dos Ventos X, de valor em risco aproximado em R\$ 355 (R\$ 234 em 31 de dezembro de 2022). Não há processos relevantes que devam ser destacados.

(iv) **Demandas Regulatórias:** Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995- 79.2016.4.01.3400, proposta pela Alupar Investimento S.A., bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da mesma: e ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos III S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas EDVs, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$287 em 2023 e 2022.

13 Partes relacionadas

13.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Dividendos e capital a receber - EDV I	412	2.260	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV II	236	1.529	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV III	635	3.016	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV IV	91	3.564	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV X	131	1.535	-	-
	1.505	11.904	-	-
Passivo circulante				
Arrendamento de imóveis - Alupar	-	-	99	90
Passivo não circulante				
Arrendamento de imóveis - Alupar	-	-	278	376

(B) Partes relacionadas: informações do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Demonstração de resultado				
Serviços de operação remota - AF Energia S.A.	-	-	(140)	(130)
Depreciação s/Arrendamento - Alupar/AF Energia	-	-	(94)	(102)
Juros sobre arrendamento - Alupar/AF Energia	-	-	(32)	(48)

13.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa	Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2023
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1 e 15.2.0778.4	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	261.300	253.848
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1		10/12/2019	15/10/2032	60.000	

13.3 Remuneração da alta administração

Aplicado à controlada Energia dos Ventos IV S.A.

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 19 de maio de 2023, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 152 para o exercício social de 2023, na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2023.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração da diretoria	(158)	-

14 Provisões para Desmobilização de ativo

Consolidado			
Mapa de movimentação	31/12/2022	Atualização monetária	31/12/2023
EDV I	7.023	-	7.023
EDV X	5.107	-	5.107
	12.130	-	12.130

15 Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 298.455 em 31 de dezembro de 2023 e 2022 representado por 325.862.705 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pertencente 100% pela acionista Alupar Investimento S.A.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidades de ações ordinárias integralizadas			
Acionistas				
Alupar Investimento S.A	325.862.705	100,00	325.862.705	100,00
Total das ações	325.862.705	100,00	325.862.705	100,00

16 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de energia - ambiente regulado (*)	70.444	69.060
Suprimento de energia - ambiente livre	518	-
Ajuste positivo CCEE	2.424	181
Receita operacional bruta	73.386	69.241
PIS - Programa de integração social	(879)	(450)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(4.053)	(2.078)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(374)	(337)
Deduções da receita	(5.306)	(2.865)
Receita operacional líquida	68.080	66.376

(*) O montante apresentado como receita bruta é composto pela receita bruta adicionado aos efeitos de ressarcimento, conforme apresentado na nota explicativa nº 3.11.

17 Custos e despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	-	(1.272)	(1.676)	(1.551)	(843)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	-	-	(158)	-	-
Material	-	-	(189)	(76)	(607)	(136)
Serviços de terceiros	(224)	(212)	(12.282)	(1.636)	(11.248)	(1.789)
Depreciação e amortização	(444)	(444)	(21.787)	(551)	(21.743)	(549)
Provisões	-	-	(61)	-	-	-
Aluguéis	-	-	(3.290)	(33)	(198)	(55)
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-	-	(316)	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(103)	-	(124)	-
Seguros	-	(1)	(1.191)	(22)	(880)	(16)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(80)	(6)	(83)	-
Outros tributos e taxas	(47)	(70)	(102)	(115)	(92)	(97)
Outras	-	-	(93)	(14)	(112)	(21)
	(715)	(727)	(40.766)	(4.287)	(36.638)	(3.506)

18 Receitas e despesas financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras					
Receita de aplicações financeiras		517	337	10.658	10.604
Outros		25	84	25	85
Total		542	421	10.683	10.689
Despesas Financeiras					
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	10	(9.689)	(10.864)	(32.657)	(35.407)
Outros		(62)	(32)	(1.054)	(996)
Total		(9.751)	(10.896)	(33.711)	(36.403)
Resultado financeiro		(9.209)	(10.475)	(23.028)	(25.714)

19 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração Lucro Real				
Lucro antes do IR e CS	(2)	(2)	518	518
(-/+ Demais Adições e/ou exclusões	10.279	10.268	5.809	5.809
Base de cálculo IRPJ e CSLL	10.277	10.266	6.327	6.327
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido	548	2.168	9.481	12.251
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	10.825	12.434	15.808	18.578
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	1.624	1.119	2.371	1.672
Alíquota de Adicional IRPJ 10% (20 Mil por mês)	962	-	1.462	-
Incentivos Fiscais				
(-) PAT	(6)	-	-	-
Total dos tributos correntes	2.580	1.119	3.833	1.672
Tributos Diferidos Prejuízos Fiscais e Base Negativa	(83)	(30)	-	-
Tributos dos tributos	2.497	1.089	3.833	1.672

Em 2023 as controladas Energia dos Ventos IV e X estão enquadradas no regime de apuração do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social das demais controladas são recolhidos com base no lucro presumido regime de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, no valor de R\$ 73.665 (R\$ 64.159 em 31 de dezembro de 2022) para ambos. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não tem expectativa de base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos em um período razoável.

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

A Companhia e suas controladas limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

Nível I – preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado				Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	31/12/2023		31/12/2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixa	4.234	4.234	2.955	2.955	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	2.820	2.820	4.211	4.211	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	8.823	8.823	20.540	20.540	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	71.789	71.789	63.535	63.535	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	12.775	12.775	8.599	8.599	-	Custo amortizado
	100.441	100.441	99.840	99.840		
Passivos financeiros						
Fornecedores	5.271	5.271	3.659	3.659	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	253.657	253.657	269.979	269.979	-	Custo amortizado
Debêntures	69.123	69.123	72.752	72.752	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	6.470	6.470	3.401	3.401	-	Custo amortizado
	334.521	334.521	349.791	349.791		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	2.820	122	183	243	304
Investimentos a curto prazo	CDI	8.823	381	571	761	952
Títulos e valores mobiliários	CDI	71.825	3.099	4.649	6.198	7.748
						9.298

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2023 *	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			3,27%	4,90%	6,53%	8,16%	9,80%
Empréstimos e financiamentos	TJLP +	2,18%	199.273	10.992	14.316	17.640	20.964
			1,80%	2,70%	3,60%	4,50%	5,40%
Debêntures	IPCA +	8,15%	69.123	6.979	7.652	8.325	8.998
Empréstimos e financiamentos	IPCA +	3,67%	54.384	3.011	3.518	4.026	4.533
							5.040

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação

Gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias, caso seja necessário, e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pré-fixados sobre empréstimos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

22. Benefícios a empregados

As controladas da Companhia oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. As controladas reconheceram no resultado o montante de R\$ 454 no exercício findo em 31 de dezembro 2023 (R\$ 361 em 31 de dezembro de 2022) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, as controladas da Companhia patrocinam um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

23. Cobertura de seguros

As suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco objeto	Importância assegurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.142.760	1.594	10/12/2024
Risco de responsabilidade civil geral	50.000	20	10/12/2024
Risco de responsabilidade civil (D&O)	25.000	5	28/08/2024
	1.217.760	1.619	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

João Paulo Mendes do Nascimento
Contador - CRC 1SP218586/O-1